

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, nosso colega Alício Bitencourt, acompanhado da corporação do Corpo de Bombeiros do mesmo município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL; quero também saudar os bombeiros voluntários já citados pelo deputado Ismael dos Santos e parabenizá-los pelo brilhante trabalho que fazem no estado de Santa Catarina.

Preparei para hoje vários assuntos que gostaria de abordar, mas não podemos silenciar ante essa mobilização que está ocorrendo em nível nacional. Não é uma mobilização ao acaso, é a manifestação do sentimento da população brasileira em razão de vários fatos, desde a impunidade à corrupção, a falta de sintonia entre os poderes Executivos e, principalmente, o valor que o Brasil gastará com a Copa do Mundo. A previsão é chegar acima dos R\$ 30 bilhões.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. conhece a situação da saúde em nível nacional, o que o SUS paga aos hospitais e médicos e aí presenciamos essa revolta. Um amigo me dizia que a filha dele queria ir à manifestação. Ele indagou o porquê e ela respondeu que está tudo errado.

Então, o sentimento que vemos nos jovens, na classe média, em todas as pessoas, é que está tudo errado.

Queremos saúde, queremos infraestrutura, queremos segurança. E quando vemos investimentos em obras que não condizem com aquilo que a população está esperando, realmente há um desconforto. A população viu o caso do Mensalão. Todos foram condenados. Quem é que está na cadeia, quem é que está pagando, quem é que está respondendo por alguma coisa? Os condenados no Mensalão vão ainda ocupar postos na comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e no Congresso. Então, isso é uma afronta ao cidadão.

Aí aparece o presidente do Supremo Tribunal Federal falando algumas verdades. Já tínhamos pesquisas que ele era forte candidato, deputado Ismael dos Santos, à Presidência da República. Por quê? Porque a população está querendo se agarrar em

alguém que realmente sinta o que estão pensando, os anseios que esta população tem, e o que a população quer.

Felizmente, em Santa Catarina estamos vendo a responsabilidade do governador Raimundo Colombo. A busca de recursos, os investimentos na segurança, os investimentos dando condições aos municípios de executarem obras, porque as obras estão perto dos cidadãos. O município é onde a pessoa reside, onde a pessoa mora, onde a pessoa tem as suas dificuldades. Então, o governador está agindo correto.

Mas de repente vemos esses altos gastos. E essa Copa do Mundo não é coisa só da Dilma Rousseff, ela já pegou pronto, porque o Lula é quem queria a Copa do Mundo. Até causa-me estranheza alguém tão afinado com as classes sociais mais desfavorecidas querer mostrar para o mundo que o Brasil é capaz de fazer uma Copa do Mundo, uma Olimpíada. Claro que é capaz. Mas será que não é capaz de fazer hospitais, não é capaz de reformar e dar escolas com dignidade a todos os brasileiros, de levar água onde precisa, de levar infraestrutura a todos os brasileiros?

Nós temos que provar para o vizinho que estamos bem. Na verdade, dentro de casa a situação é ruim. Até assisti uma manifestação do Luiz Carlos Prates falando sobre isso. Falando de a pessoa deixar os filhos passando necessidades para comprar um vestido novo para ir a uma festa, para os outros ficarem pensando que ela está bem, que está feliz.

Então, o Brasil não precisa mostrar para o mundo que tem condições de fazer uma Copa, ele tem que mostrar aos seus cidadãos, e nós sabemos que tem condições de fazer. Eu estava vendo os gastos de 2008, ano seguinte ao anúncio de que o Brasil sediaria a Copa de 2014. O então ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior, declarou que não seria gasto nenhum centavo de dinheiro público com estádios no mundial. Reconstruíram o estádio Mané Garrincha, em Brasília, com capacidade para 70 mil pessoas, que vai custar R\$ 1,5 bilhão e que não tem nenhum time na primeira divisão e na segunda divisão

do Campeonato Brasileiro, e a média de público no Campeonato de Brasília é de três a quatro mil torcedores. Tem cabimento alguém em sã consciência fazer isso, gastar isso para sediar, talvez, três jogos da Copa do Mundo?

Então, é um absurdo, é uma falta de sintonia! Será que não poderíamos nos orgulhar de construir um, dois ou três hospitais de R\$ 500 milhões? Mas estamos mostrando ao mundo que construímos um estádio de R\$ 1,5 bilhão, que não vai ser utilizado. E o ministro do Esporte da época dizia que não seria gasto um centavo do dinheiro público.

O levantamento dos custos previstos para todos os estádios já ultrapassou 50%. Onde menos se gastou foi nos estádios particulares, feitos com a participação dos clubes. Não sei por que parece que onde a iniciativa privada gerencia fica mais barato e onde é dinheiro público não tem patrão, e os valores só sobem!

Então, não podemos silenciar diante do que a população está dizendo! Não é contra esse ou aquele, é um descontentamento generalizado pela impunidade, pela corrupção. É, por exemplo, um pai que teve seu filho assaltado, assassinado, morto por um menor que não cumpre pena. Ele também está revoltado e foi lá ontem participar da passeata! Então, o descontentamento é geral.

Todos esses valores que estamos vendo na planilha eram de fevereiro de 2013, e podemos ver como os custos aumentaram. Onde estamos vendo 33 ou 66% a mais, no relatório que pegamos hoje os valores já são diferentes, está tudo mais caro! Por exemplo, cito o estádio da Fonte Nova, na Bahia, em Salvador, que de R\$ 591 milhões já está em R\$ 1,485 bilhão.

O Brasil está cometendo um crime contra a sua população, não ouvindo seu clamor e fazendo obras que na verdade o povo não quer. O povo quer respeito, dignidade, justiça, saúde, educação, segurança e não um estádio de R\$ 1,5 bilhão, em Brasília, que não vai ter utilidade para nenhum cidadão, para quem está com seu filho na porta de um

hospital esperando, às vezes, um ano para fazer uma cirurgia.

Então, sr. presidente, estamos na contramão da história! Ou os políticos ouvem o que o cidadão está querendo, pensando ou o cidadão tem que mudar a política! Houve alguns excessos durante as manifestações, e sempre surge algum problema no meio de quem está se manifestando, mas, na verdade, essas manifestações representam o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, especialmente o público do planalto norte.

(Passa a ler.)

"Este deputado tem feito a defesa recorrente da revitalização da Ferrovia do Contestado como forma de estimular a economia do planalto norte e do meio-oeste de nosso estado. Desde que se iniciou a saudável discussão sobre a valorização do modal ferroviário em nosso país, e em especial aqui em Santa Catarina, acompanho com grande interesse esse assunto. Tenho motivos pessoais, por ser filho de um ferroviário.

Também guardo o interesse regional, por saber da importância que a ferrovia já teve para a nossa região. E em especial por não me conformar com o abandono a que foi submetido o ramal que cruzava nossas principais cidades.

Sei que a antiga Ferrovia do Contestado tem um traçado muito sinuoso, que acabou determinando a menor movimentação de trens naquele ramal. Foi por isso que surgiu outra ligação entre as regiões leste e sul do país, que ainda hoje é utilizada, que é o ramal que segue de Mafra para Lages, e daquele

município para Vacaria, já no Rio Grande do Sul.

Mas quando começou o bom debate sobre ferrovias e a construção de uma nova ligação leste-oeste, a chamada Ferrovia do Frango, este deputado trouxe à tribuna desta Casa a proposta de revitalização do ramal do Contestado. Dentro de uma proposta ampla de construção de uma nova ferrovia, minha ideia é que, a partir de Joaçaba, em direção ao litoral, o percurso do novo ramal aproveitasse, ainda que parcialmente, o antigo percurso da Ferrovia do Contestado.

Esse ramal poderia interligar com a ferrovia que o governo federal pretende construir desde o centro oeste do país em direção ao sul, do município de Maracaju, em Mato Grosso do Sul, até o porto de Rio Grande. E aí as ferrovias também poderão trazer grãos para a nossa agroindústria, além de facilitar a exportação dos produtos do nosso oeste catarinense, que é a região dos nossos grandes frigoríficos.

Faço essa introdução para justificar o porquê da posição deste deputado, que hoje apresenta uma moção que sugere à presidente Dilma e ao ministério dos Transportes uma decisão radical, mas justificada, no sentido de cancelar a privatização da rede ferroviária hoje administrada pela empresa América Latina Logística, a ALL.

A ALL administra 13.000km de trilhos nas regiões sul, sudeste e centro oeste. O primeiro lote de concessões foi definido em 1997, quando o grupo GP Investimentos ganhou o direito de explorar cerca de 7.000km de ferrovias nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Adiante, o grupo adquiriu a Delara, cujo dono se tornou um dos sócios da ALL e fez uma oferta pública de ações na Bolsa de Valores para capitalizar seu projeto, e depois comprou a Brasil Ferrovias, empresa que também havia participado das primeiras privatizações e vinha operando com dificuldades financeiras.

É sabido que o governo federal tem dificuldades

para enquadrar a ALL, pois a empresa conta, entre seus sócios, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, além da Previ, que é o fundo de pensões de funcionários do Banco do Brasil, e a Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

São grandes negócios que determinaram essas participações de capital na empresa.

A ALL afirma que investe R\$ 700 milhões ao ano nas ferrovias de Santa Catarina, mas não é o que a nossa população percebe. E no compromisso que assumiu com o governo federal, deveria recuperar ramais desativados, mas não cumpre, ao contrário, na Ferrovia do Contestado, o que aconteceu foi um movimento predatório. A empresa realocou os trilhos e dormentes para outros trechos ferroviários, abandonou o patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal, vilipendiou o patrimônio público.

Tanto isso é verdade que a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT já aplicou multas que totalizam R\$ 71 milhões por descumprimento de contrato por parte da ALL. Que por sua vez, só pagou R\$ 1 milhão e judicializou o restante.

Fato novo que trouxe ontem o conceituado jornal *O Estado de São Paulo* é que a ALL também vem descumprindo compromissos com clientes com quem formou parcerias de investimentos e transportes, pois prefere pagar multas e desviar frotas de vagões e locomotivas para outras regiões onde pode ganhar mais, deixando na saudade quem fez adiantamentos para investir na recuperação de composições e em terminais de transbordo.

Então, senhoras, senhores e colegas parlamentares, fica cada vez mais evidente que essa empresa não cumpre com os compromissos que assumiu por contrato, e que a exemplo do que aconteceu há poucos dias na Argentina, aqui no Brasil também é preciso que o governo tome posições firmes e cobre da ALL o que não faz.

Se não quiserem cancelar a totalidade das concessões, porque tem muito dinheiro público

envolvido na ALL - e dinheiro de gente que trabalhou muito para ter sossego na aposentadoria - do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, então ao menos esperamos que se cancele o direito de privatização de trechos que estão abandonados, que não são poucos nessa malha de mais de 13.000km de trilhos.

Aí será mais fácil para se integrar o traçado da Ferrovia do Contestado num projeto moderno de ligação do leste ao oeste de Santa Catarina, integrando as agroindústrias aos portos e valorizando o planalto norte, região que precisa de incentivo para a sua economia crescer.

É por isso que este deputado está convidando, de público, a direção da ALL para que se faça presente no próximo dia 5, em Canoinhas, onde a Comissão de Transportes desta Assembleia Legislativa vai discutir a questão das ferrovias em audiência pública, com foco, principalmente, numa nova ligação do leste ao oeste do estado, mas também com as atenções direcionadas para a necessária revitalização da Ferrovia do Contestado.

Por isso também que este deputado vai solicitar da ANTT informações sobre o cronograma exigido da ALL para a recuperação de ferrovias desativadas que fizeram parte da rede submetida à concessão. E, especificamente, ter informações sobre a previsão que a ANTT tem para a recuperação da antiga ferrovia São Paulo - Rio Grande, em especial o trecho catarinense de Mafra até Piratuba, divisa com Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

Também pretendo obter esclarecimentos sobre qual é o percentual de ferrovias ativas e desativadas, do total que foi concessionado à ALL. E qual é o quadro de ferrovias na região sul que a ANTT reconhece como em situação precária, ou de abandono, que fazem parte do lote sob concessão da ALL.

Essas são perguntas que não querem calar e informações que a sociedade tem direito de saber. Até porque estamos vivendo um novo momento em que a população cobra com rigor o bom gerenciamento do

dinheiro público, e que os investimentos sejam feitos para de fato atender as necessidades da população. E hoje todos têm clara a necessidade de recomposição do modal ferroviário, que foi abandonado por muitas décadas em nosso país."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde de terça-feira, quero aqui concordar plenamente com o deputado Antônio Aguiar neste debate que ele tem feito nesta tribuna acerca da necessidade de o governo federal retomar a rede ferroviária federal que foi privatizada na década de 90 dizendo que iria melhorar. Esse foi o discurso de todo mundo que privatizou. Inclusive, para seguir a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que reestatizou o sistema ferroviário, inclusive da mesma ALL - América Latina Logística. Alias, não só essa, mas outras, mais importantes, mais importantes ainda do que essa ex-empresa pública que precisa ser reavaliada na perspectiva da reestatização.

Então, quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar e que a presidente Dilma Rousseff possa seguir, pelo menos, os passos e a forma da presidente da Argentina, que fez isso recentemente.

Mas, evidentemente, não poderia deixar de falar na tarde de hoje acerca dos acontecimentos das últimas horas, que são as manifestações populares. Cem mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro. É um episódio que não acontece todo ano e nem todas as décadas. Cem mil pessoas, na cidade do Rio de Janeiro foram, em 1968, contra a ditadura. Depois, em 1984, na campanha pelas Diretas Já, depois em 1992 a favor do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e ontem, 17 de junho de 2013, por conta de algum motivo que parece não ser compreendido, ou não foi

compreendido antes pelas autoridades de plantão. E aí quero ser claro e começar de forma clara, não tem ninguém que tenha governado o Brasil nas últimas décadas, pelo menos desde 1964, ou precisamente, de 1º de abril de 1964 para cá, que esteja isento de responsabilidade nesses episódios.

É claro que a questão Copa do Mundo salta aos olhos, porque temos acompanhado que existe no ar nestes momentos, nos últimos anos inclusive, não só agora, o ufanismo parecido com aquele da década de 1970. Parecido! É evidente que quem tem mais a perder, parece, é o Partido dos Trabalhadores, que governa hoje. Mas não me parece que os grandes partidos que governaram o país até recentemente e querem voltar, não teriam feito também a mesma festa e, me perdoe a expressão, a mesma orgia com a possibilidade de sediar uma Copa do Mundo no Brasil, que a última vez foi em 1950, faz tempo!

Tanto que está em sintonia o discurso das autoridades pelo Brasil afora. Quem acompanhou os meios de comunicação, os veículos de comunicação nacional, na última sexta-feira, no último final de semana, pode ver os discursos do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, dá a impressão de que eles entraram numa salinha, combinaram o discurso e saíram para dizer exatamente a mesma coisa. Mais um episódio da conformação do partido único nacional.

Isso é evidente, porque estão todos defendendo os mesmos interesses de que a realização dos grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, é boa para todo mundo, porque dá dinheiro. Na verdade dá dinheiro aos grandes monopólios não só dá área dos esportes, mas das empreiteiras também.

Quero deixar claro aqui, deputado Padre Pedro Baldissera, que não compactuo, não faço parte de um discurso que tenta direcionar dizendo que a culpa é da presidente Dilma Rousseff, do PT. Ano que vem tem eleição, querer tornar isso um palanque eleitoral... Embora haja reflexos, quem está no poder tem mais

prejuízo.

Agora, é preciso servir de lição. De minha parte quero aqui dizer que, apesar de alguns fatos lamentáveis, é bom para a sociedade brasileira que esteja acontecendo isso, e merecem aplauso aqueles milhares e milhares de jovens e alguns adultos que têm construído e participado desse movimento.

Quanto à Copa do Mundo, e nós vamos ver, a barricada é feita não sei a quantos metros do estádio, e dali para dentro só entra quem a Fifa autoriza. A Fifa desnacionalizou parte do território nacional. E vai ser ali, daqui até o final do mês, que vão acontecer os maiores protestos.

Todos nós concordamos, todos nós não, o Brasil inteiro, os poderes constituídos, o Congresso, em mudar a legislação nacional porque a Fifa exige, restringindo, inclusive, direitos elementares da população por causa da Copa do Mundo.

Tem-se que pagar o preço por essa decisão. São bilhões, que dariam para dar gratuidade no transporte para o conjunto da população brasileira por um bom tempo.

Por coincidência ou não, na última quarta-feira e na última quinta-feira, eu falei aqui do transporte, acerca, inclusive, da greve que houve na capital, e que todo mundo esbravejou contra os trabalhadores e contra o sindicato dos trabalhadores. Todo mundo não, os formadores de opinião.

Tenho falado reiteradas vezes aqui que é necessário colocar na pauta a necessidade de tornar público e gratuito o transporte coletivo. E quando falei pude sentir aqui dentro, inclusive, alguns risos discretos, evidentemente, como se isso fosse uma loucura.

Por que será que não se pode pensar o transporte coletivo assim como se pensa a saúde, que, aliás, deveria funcionar muito melhor se tivesse prioridade? Neste aspecto concordo com o deputado Maurício Eskudlark. Como na educação, em que se matricula o filho na escola mais próxima e ninguém pergunta quanto o pai ganha por mês, para poder

fazer isso. Por que o transporte coletivo não é pensado nesta lógica? Seria interessante para o conjunto da sociedade.

Hoje é dominado por um grupo pequeno, minúsculo, de empresários, em prejuízo do conjunto da sociedade, inclusive dos outros empresários, que têm que ajudar a pagar a conta do transporte dos seus trabalhadores. O trabalhador paga uma parte e o patrão outra. Esse dinheiro ficaria girando nas cidades. O Brasil tem um dos transportes coletivos mais caros do mundo.

Peço à assessoria que apresente uma foto que indica isso. Foi medido em minutos em matéria da *Folha de S.Paulo*.

No Brasil o trabalhador precisa trabalhar 13 minutos para pagar a passagem de ônibus. Na Argentina - gostamos tanto de achincalhar os argentinos, especialmente nas questões de futebol - o transporte é o mais barato dessas cidades citadas. Em Buenos Aires o trabalhador destina 1min44 do seu salário para pagar o seu transporte. Em São Paulo, 13min, dez vezes mais. No Rio de Janeiro, 12min. Das cidades brasileiras, as mais caras são estas cidades citadas.

Peço para apresentar a segunda foto, meu tempo está acabando, para mostrar que o transporte gratuito não derruba governos, não derruba sistema social. Algumas cidades brasileiras têm transporte gratuito, como Agudos, em São Paulo, e outras cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Em Sydney, na Austrália, uma cidade com quatro milhões de habitantes, o transporte de ônibus é gratuito. E é um país, evidentemente, capitalista.

E não se faz isso por cultura, por ideologia, na verdade está impregnado na consciência das autoridades, dos empresários, e também do conjunto da sociedade que o transporte é um meio de alguns ganharem dinheiro. E evidentemente que em algum lugar, em algum momento estoura, e está estourando agora, o que é bom para o conjunto da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, faço também minha manifestação, deputado Sargento Amauri Soares, em relação a essa temática que diz respeito a todos nós brasileiros, independentemente de cor partidária. Subtraindo-se as pequenas ondas de vandalismo, entendemos que a voz do povo precisa ser respeitada e ouvida atentamente, especialmente por nós da classe política.

Penso que Santo Agostinho nunca foi tão atual como hoje, Padre Pedro Baldissera, ele que viveu há 1.500 anos. Há uma frase sua que diz: "A esperança tem duas filhas belas, lindas, uma chama-se Indignação, a outra Coragem. A primeira filha, a Indignação, nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a segunda filha, a Coragem, nos ajuda a mudá-las." Valeu Santo Agostinho, extremamente atual.

Mais do que uma manifestação, o que estamos percebendo nos dias de hoje é de fato um desabafo da população brasileira com toda sua legitimidade, e nós precisamos estar extremamente atentos e sintonizados.

Sr. presidente, srs. deputados, lia hoje pela manhã em um dos jornais de circulação em Santa Catarina a manchete:

(Passa a ler.)

"Absurdo na estrada. Flagrante na BR-101. Polícia Rodoviária acorda motorista bêbado que dormiu ao volante."

Uma sub-manchete: "Bafômetro tira 4 mil condutores bêbados das estradas federais."

É exatamente nessa linha de raciocínio que demos entrada nesta Casa ao Projeto de Lei n. 0205/2013:

(Passa a ler.)

"Dispõe sobre a publicidade dos nomes dos condutores de veículos automotores flagrados dirigindo sob

efeito de álcool ou qualquer outra substância psicoativa, no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.”

Diante da constatação dos números, trouxemos recentemente o relatório da então Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, 12 mil motoristas foram flagrados no ano passado, em Santa Catarina, dos quais três mil estão em processo de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação.

(Continua a ler.)

“Nós entendemos que a essa recorrência perigosa de associar álcool e direção é necessário implementar algumas políticas públicas. E esse modesto projeto pode dar essa contribuição na diminuição da quantidade de infratores.

Nesse sentido o nosso projeto, que busca tornar pública a identidade dos motoristas que incorrem nessa prática criminosa, é mais do que pertinente, é uma questão de respeito aos catarinenses que são diariamente expostos ao risco de se somar às estatísticas negativas do trânsito brasileiro.”

Propomos então, criar a lista do motorista ficha suja, assim como temos, e a sociedade brasileira incorporou na sua cultura a repulsa aos fichas sujas, sejam eles da área política, funcionários públicos ou os cidadãos que andam na contramão da lei.

O que estamos trazendo para o debate neste Parlamento, é a extensão desse conceito para os motoristas flagrados embriagados. A sociedade tem todo o direito de saber quem são os motoristas que incorrem nessa prática criminosa. E mais do que isso: tem o direito de acompanhar as ações jurídicas em relação aos processos de motoristas que foram pegos dirigindo sob o efeito de álcool.

Entendemos que hoje é praticamente impossível para qualquer cidadão conhecer as consequências aplicadas para o motorista que foi pego praticando essa conduta letal. Depois de ser flagrado pela autoridade policial, normalmente após causar um acidente, o motorista recupera a sua CNH sete dias

após, e continua dirigindo até a conclusão do processo.

Essa é a realidade brasileira.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço o deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela sua fala.

Estava conversando com o deputado Padre Pedro Baldissera, e me surgiu uma ideia: nos Estados Unidos os pedófilos, depois de pagarem as suas penas, têm uma identificação na sua casa dizendo que ali mora um pedófilo para que a vizinhança saiba e tome cuidado com aquela pessoa.

Assim, seria interessante não só fazer a ficha ou a lista dos nomes sujos que foram pegos dirigindo embriagados, mas ser colocada uma sinalização atrás do veículo informando que aquele cidadão já foi pego dirigindo embriagado para que possamos ter um pouco mais de cuidado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - A nossa proposta é de tornar pública, através do Detran, naturalmente *online*, todos podem acessar, a lista, e esse motorista vai ter que se preocupar, deputado Kennedy Nunes, porque quando for contratado para ser motorista em uma empresa, essa lista certamente vai ser observada, talvez até em relação à questão dos seguros de automóvel que poderá encarecer um pouquinho mais. Enfim, a nossa proposta vai ter a relação dos condutores infratores com o nome completo, seu respectivo número de registro da carteira de habilitação, o número do auto de infração, a data e o local do flagrante.

De fato, queremos com isso contribuir para uma Santa Catarina sem drogas, e a bebida alcoólica tem feito muito estrago. Lembrando que, no ano passado, 2012, mais de 40 mil mortos no trânsito; 800 mil feridos, e uma parcela considerável causada por esta trágica e perversa combinação: álcool e volante.

Portanto, demos hoje entrada oficial a este projeto

de lei que dispõe sobre a publicidade dos nomes dos condutores de veículos automotores flagrados dirigindo sob efeito de álcool ou qualquer outra substância psicoativa no estado de Santa Catarina.

Lembrando que temos hoje em Santa Catarina mais de quatro milhões de veículos.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimada deputada Angela Albino, catarinenses que acompanham esta sessão, nós tivemos ontem aqui na capital um encontro da nossa bancada com prefeitos e vice-prefeitos, que estiveram conosco, prefeitos que compõem a bancada do nosso partido, quando discutimos assuntos importantes relacionados aos convênios, tanto do governo federal com os municípios quanto do governo do estado. Um dos focos dessa discussão foi exatamente o fundo de desenvolvimento dos municípios, sobre o qual os prefeitos vieram buscar mais esclarecimentos do funcionamento, dos critérios de repasses.

Em função das dúvidas que surgiram desse encontro, o encaminhamento é que devemos conversar com a Casa Civil para esclarecer um pouco mais esses critérios e essas informações. Solicitamos audiência ao secretário, que nos recebeu juntamente com alguns prefeitos, inclusive com o presidente da Fecan - Federação Catarinense dos Municípios - onde fomos esclarecer um pouco mais os mecanismos, os critérios desses recursos.

Julgamos importante fazer isso, porque quanto mais transparentes forem esses recursos, quanto mais públicos ficarem esses critérios de repasses, melhor

o controle que a sociedade tem e melhor, com certeza, a exigência. Entendemos que os municípios precisam ser igualmente beneficiados, independentemente das cores partidárias, terem suas questões atendidas, seus projetos. Buscamos esses esclarecimentos e acredito até que já dispomos de um conjunto de informações importantes para repassar aos nossos companheiros que estão nas administrações municipais, e é muito importante, que façam o melhor nos seus governos.

Queria também aproveitar esse horário do partido para fazer um comentário importante a respeito dessas manifestações que estão acontecendo em nível de Brasil. Acho que a sociedade brasileira deve aceitar e ouvir essas vozes. Aliás, a própria presidente da República disse hoje que essas vozes precisam ser ouvidas. É importante que as reivindicações sociais, os movimentos, a população quando se manifesta possa ser ouvida, principalmente quando se manifesta de forma pacífica, tranquila e com determinados objetivos.

Um dos centros desse debate é a questão da mobilidade urbana, dos transportes, das dificuldades dos grandes centros. Mas é importante que se possa ouvir bem esse movimento, ouvir o que as pessoas estão ali reivindicando, suas angústias. Muitos dos deputados participaram e têm participado ao longo de sua vida de movimentações, de ações. Isso é importante até para chamar a atenção das diversas esferas de governo sobre os assuntos que mais afligem hoje a comunidade nos municípios, nos estados e no país.

Espero que os órgãos de segurança façam o seu papel, principalmente na garantia da liberdade da livre expressão, da manifestação, que é importante na sociedade democrática.

Então, é importante que ouçamos essas vozes que estão ecoando por este Brasil afora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) -

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT. Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais pessoas que nos acompanham. Quero complementar algumas informações que não tive tempo de abordar no horário anterior a respeito dessa onda de manifestações em todo o Brasil.

Vou falar sobre o preço dos ingressos para os jogos da Copa, que são proibitivos para a imensa maioria do povo. Dez por cento dos ingressos pelo valor de R\$ 85,00; 12% são para os chamados vips, os importantes, por R\$ 8.500,00; 15% são gratuitos para os convidados da Fifa e 67%, ou seja, a maioria vai de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.800,00. Evidentemente que para o povo sobra aquilo que mostra aquela propaganda: "Vem para a rua que a rua é a maior arquibancada do Brasil." Existe uma propaganda assim, não me lembro de quem, se é de cervejaria ou de alguma instituição pública, por ironia. E o povo foi para a rua, para a maior arquibancada neste momento.

Eu disse também que todos os governos depois de abril de 64 têm responsabilidade. Mas acho que precisa ser reavaliado, porque quando o Juscelino Kubitschek, que todo mundo quer imitar, todo governante quer ser outro JK, trouxe a indústria automobilística para o Brasil, começou essa saga de o transporte individual, a indústria automobilística se sobrepôr aos interesses nacionais, inclusive, aos interesses do transporte coletivo, principalmente.

A política de incentivo aos monopólios do transporte, ao monopólio do carro, desde a década de 50, quando a indústria automobilística internacional chegou aqui, somente se amplia e tem que se ampliar. Agora, recentemente, a Dilma Rousseff deu às empresas do transporte coletivo os mesmos direitos que no plano chamado Plano Brasil Maior, que eu acho que é menor, e já havia dado à indústria automobilística no ano passado, para se ter uma ideia do que tem sido prioridade neste país.

É evidente que essas manifestações são legítimas, são importantes, são o desaguadouro de um conjunto maior de insatisfações populares, inclusive, das mais diversas matizes, com os mais diversos objetivos, e a grande maioria de forma espontânea, sem um objetivo racionalmente construído. O que indica também outra reflexão necessária, que é falência das instituições, inclusive, a falência dos partidos políticos, porque essas multidões de pessoas não querem a presença dos partidos, nem daqueles que são de origem popular, considerados de esquerda, que estão mobilizando e chamando essas pautas.

Isso também aconteceu aqui em Florianópolis no Movimento Passe Livre há oito anos.

Partido não!

Então, existe esse aspecto, o que torna difícil a negociação uma vez que o movimento é difuso.

É um sentimento de indignação generalizado que arremete para qualquer alvo que represente o conjunto dos Poderes instituídos. Isso é um fato que precisa de reflexão. O fato da falência das instituições, inclusive, os partidos políticos, os políticos, enfim, todos nós, sem exceção, pelo fato de estarmos exercendo cargos de natureza política eleitoral, também estamos sob essa pressão, repito, legítima da sociedade que quer respostas sobre o que efetivamente é prioridade.

Como policial militar, e aqui represento milhares de policiais militares, vivemos situações de angústia maiores, também porque somos filhos do mesmo povo e vivemos os mesmos dilemas sociais, e mais, porque somos nós a categoria que recebe a ordem peremptória de ir para as ruas conter as manifestações.

Evidentemente, neste momento, em algumas circunstâncias não tem como se livrar de situações bastante difíceis e constrangedoras.

Tenho em mãos e lamento não ter tempo de ler na íntegra a mensagem de um policial militar do estado de São Paulo que atuou no dia de ontem na repressão aos movimentos de lá. Gostaria muito de ter tempo,

talvez amanhã consiga ler na íntegra para ver o que pensam, qual é o dilema e a situação dos companheiros que são chamados para esses momentos lamentáveis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui.

Havia preparado uma fala sobre esse tema com relação ao que podemos fazer. Não quero ficar falando em tentarmos descobrir os motivos, mas no que podemos fazer. É uma das questões, que inclusive eu e o deputado Ismael dos Santos conversamos, hoje, pela manhã, com o governador que estava na nossa região, é a isenção do ICMS do óleo diesel para o transporte coletivo.

O governador ficou de estudar assim como fez o Beto Richa, do Paraná, que regulamentou a lei essa semana, dando isenção do ICMS no transporte público para cidades acima de 140 mil habitantes naquele estado. E esse é um assunto que, com certeza, virá para esta Casa, já que o governo federal fez a isenção do PIS e Cofins. E um exemplo é em Joinville, onde o prefeito reduziu em dez centavos a passagem.

Acho que o governo estadual tem que fazer isso e os municipais também, ou seja, passar a subsidiar o preço da tarifa do transporte.

O que v.exa. faria, deputado Sargento Amauri Soares, se chagasse às suas mãos um documento mostrando uma realidade não tão fácil da casa onde nasceste? E a minha fala foi mudada exatamente por conta de um

documento que recebi aqui como primeiro secretário, e que gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa. É uma carta do corpo clínico da Maternidade Darci Vargas, onde nasci, pública, de Joinville, assinada pelo dr. Jorge Silva do Amaral, diretor clínico, dia 10 de junho de 2013. Ele diz assim:

(Passa a ler.)

"Conforme documento acima já entregue ao secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, no dia 05/04/13, e ao secretário municipal de Saúde (corresponsável pela Gestão Plena), dr. Armando Dias Pereira, no dia 08/04/13, inclusive tendo sido feita uma reunião pessoal com ambos. Documento e reunião onde foram expostas nossas deficiências, angústias e temores, sendo solicitadas providências urgentes.

Neste documento e nesta reunião, colocamos a ambos que a situação estava insuportável, e caso não víssemos uma luz no fundo do túnel, iríamos encaminhar o mesmo aos órgãos representantes da sociedade que pudessem nos ajudar, ou que em caso de algum insucesso iriam nos cobrar, então deveriam ficar sabendo da real situação desta maternidade."

E aqui eles fazem um relato, que não terei tempo suficiente para ler, de todas as áreas, do serviço ambulatorial de alto risco, do serviço de emergência, do serviço de procedimentos, que é o centro obstétrico e o serviço de anestesia, assim como o de UTI Neonatal e o de enfermagem.

Mas, deputado Moacir Sopelsa, gostaria de deixar aqui registrado, para chamar a atenção da secretaria de estado da Saúde, o que diz a carta seguinte.

(Continua lendo.)

"Portanto, senhores, acima estão resumidas as deficiências da Maternidade Darcy Vargas, o risco que estamos correndo, principalmente colocando em risco as pacientes e os recém-nascidos que procuram esta maternidade.

Vamos dar algumas sugestões para resolver os problemas de imediato."

Este item me chamou extremamente a atenção, deputado

Aldo Schneider, líder do governo.

1 - Fechamento temporário do setor de alto risco.

A Maternidade Darcy Vargas já foi referência internacional, ganhando prêmio internacional exatamente por este setor de alto risco de UTIs Neonatal.

2 - Fechamento temporário dos serviços de emergência. Somente serão atendidas pelo médico do pré-parto as pacientes em trabalho de parto, ou gestantes com patologias obstétricas ou sangramento. As outras seriam atendidas pelos Pronto-Atendimentos ou Postos da Rede Básica. Exemplo: dor de dentes, diarreia, infecção urinária ou qualquer outra Patologia Clínica.

3 - Suspender temporariamente a referência regional ou dividir com o hospital infantil esta referência.

4 - Nomear comissão para rever política de triagem ambulatorial e emergência obstétrica.

5 - Melhora do Pré-Natal na rede básica, principalmente das cidades das redondezas, como os municípios de Barra Velha, Itapoá, São Francisco do Sul, Araquari, Garuva e Barra do Sul.

De imediato,

1- Contratação de 18 Enfermeiros, 90 Técnicos de Enfermagem, quatro Anestesiologistas, 15 Obstetras, dez Neonatologistas, dois Clínicos, e o leito de UTI adulto.

2 - Abertura da unidade semi-extensiva. Já temos o local e só falta equipar com a contratação ou sobreaviso de médicos intensivistas para dar suporte 24 horas, por entender que a deficiência crônica dos leitos da UTI tornam impossível a reserva de um leito vago a nossa disposição.

3 - Conserto das camas. Os médicos, a direção clínica de uma Maternidade tem que se reunir, deputado Jorge Teixeira, para colocar num documento o conserto das camas, dos aparelhos de ar-condicionado, das pias, reabertura dos leitos das enfermarias.

4 - Aumento do número de leitos na recuperação pós-anestésica de dois para quatro leitos.

5 - A abertura gradativa do serviço de alto-risco e do serviço de emergência, atrelado ao item dois.

6 - A abertura com readequação dos serviços de emergência às novas diretrizes."

E as soluções que eles estão pedindo em médio prazo é a construção de uma nova maternidade pública, o que pode ser no mesmo local da Maternidade Darcy Vargas, com a construção do hospital da mulher. Isto é, o aumento da área física.

Diz o restante da carta:

(Continua lendo.)

"Srs., solicitamos encarecidamente, para uma maior segurança das pacientes gestantes de Joinville e região e mesmo a nossa profissionalmente, que sejam atendidas as nossas reivindicações, pois sem as mesmas estamos colocando em risco, inclusive de morte, as nossas gestantes e seus recém-nascidos, nesta maternidade que já foi um dia considerada modelo no estado de Santa Catarina com o reconhecimento nacional como a primeira maternidade do Brasil a receber o Título de Maternidade Segura. Este documento que está sendo entregue aos srs. secretários estadual e municipal de Saúde é um pedido de socorro.

Por isso, se dentro de no máximo 30 dias não vermos uma luz no final do túnel, vamos enviar uma cópia aos órgãos que possam trazer alguma ajuda para esta maternidade ou mesmo dividir a responsabilidade conosco.

Neste caso, enviaremos cópia para: Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Saúde, Assembleia Legislativa, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Sociedade Joinvilense de Medicina, Sindicatos de Médicos e Enfermagem, Procuradoria Pública Estadual e Federal e para a Imprensa."

O documento vem assinado pelos doutores Jorge Silva do Amaral, diretor clínico; Amanda Heinen, coordenadora de emergência; Sheila Siebeneicher, coordenadora da unidade neonatal; Carlito Moreira Filho, coordenador do alto risco; Carlos Alberto H.

dos Santos, coordenador de obstetrícia; Deonízio Werlich, coordenador do centro obstétrico; Jean Carl Silva, coordenador da residência médica; Lis Elena Westphal, gerente de enfermagem; Willy Hermann Schilze, coordenador da anestesiologia, e Raquel Rocha Pereira, coordenadora do centro cirúrgico.”

Quero deixar bem claro que este não é só um pedido de socorro, mas nos coloca numa situação extremamente perigosa, porque a Maternidade Darcy Vargas, que faz mais de 500 procedimentos todos os dias, atendendo não só Joinville, mas a região norte inteira está passando por essa dificuldade. E o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, que mora em Joinville, não sei o que ele tem contra os hospitais do nosso município, porque faz questão de prejudicá-los. Há setores lá que estão dependendo de uma assinatura e o processo não sai. Espero que seja a última vez que venho a esta tribuna criticar o secretário que deixa a situação chegar a este ponto tão crítico.

Quando vemos que o governador vai a Joinville levar recursos e obras, percebemos que seus subalternos não estão fazendo acontecer as coisas que tem anunciado para o nosso município. Não é fácil receber um documento que diz que o atendimento de alto risco está para ser fechado na Maternidade Darcy Vargas, onde nasci, e que já ganhou o prêmio nacional de maternidade mais segura do Brasil, exatamente pelo trabalho que, à época, a Dra. Raquel desenvolveu com toda comunidade. Agora recebemos este documento que chega a Casa - e com certeza os quarenta deputados receberão cópia -, do grito de socorro dos médicos e dos profissionais, dizendo que as gestantes e os recém-nascidos estão correndo risco de vida naquele local, naquela maternidade onde nasci e fiz questão que os meus filhos nascessem também.

Por favor, secretário Dalmo de Oliveira, não seja esse inimigo que tem sido da saúde de Joinville, por conta dessas e de outras situações

muito piores ainda com relação ao exercício do cargo de secretário da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, deputado Kennedy Nunes, acho que o dr. Dalmo não é inimigo dos hospitais de Joinville, acho que a saúde do Brasil é inimiga dos pacientes do país.

Esta semana visitei o Hospital São Paulo, em Xanxerê, onde o governo do estado investiu a quantia de mais de R\$ 10 milhões, que é um hospital que atende pelo SUS e é bem administrado pelas freiras.

Hoje pela manhã recebi no meu gabinete as irmãs do hospital de Capinzal, administrado por uma congregação, que vieram pedir socorro, caso contrário, o hospital fechará suas portas.

No sábado visitei um hospital em São Lourenço do Oeste porque fui procurado pela direção daquela instituição, que é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, que também pede socorro.

Estamos vivendo um momento, srs. deputados, em que é melhor repensarmos a saúde ou não vai adiantar colocar esse ou aquele secretário, porque não vamos conseguir dar dignidade às pessoas.

Ouvi atentamente os deputados que me antecederam falando sobre os últimos acontecimentos por todo o país e acho que temos que colocar, como dizia meu velho pai, a barba de molho, porque enquanto a barba do vizinho estiver ardendo, temos que preparar a nossa, e não há nenhum poder que possa fazer algo, seja governo federal, estadual ou municipal.

O aviso que estamos recebendo do povo é para todos os Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quando a população procura educação ou saúde e não encontra; quando a população procura um trabalho, que é difícil, e não consegue; quando a população procura dignidade e não encontra; não sabemos o que poderá acontecer no dia de amanhã.

Sei que o meu direito termina onde começa o direito do outro, mas tenho que reconhecer que os nossos Poderes estão perdendo a credibilidade. Precisamos reconstruir a credibilidade do nosso país, talvez do mundo, mas refiro-me principalmente ao estado onde moro.

Vivemos um momento de reflexão em todos os setores. Agora está na mídia a questão dos estádios lá em Brasília, que se licita uma obra por R\$ 500 mil e quando ela termina custa R\$ 1,5 bilhão. Isso acontece a todo o momento. Contrata-se uma obra por R\$ 100 mil, depois é concedido um aditivo de mais 25%, depois mais um de 10% e, com isso, vamos perdendo o nosso crédito, a nossa credibilidade.

Quero ser parceiro e colocar-me à disposição daqueles que estão vivendo este momento e que têm o compromisso de fazer com que as coisas mudem e aconteçam de uma forma diferente.

Ouvi atentamente o deputado Kennedy Nunes pedir a suspensão do ICMS para o transporte urbano nos municípios com mais de 50 mil habitantes. Eu concordo que o governo deve começar a abrir mão de alguns recursos e acho, inclusive, que esse benefício deve ser concedido a todos os municípios que disponibilizam o transporte urbano à população, pois o bolso dói para todos, não importa o tamanho do município.

Mas é o momento de refletir e repensar, quando vemos a questão dos partidos políticos, as uniões que são feitas e a cúpula certa. E aqueles que dependem dessa cúpula apenas precisam concordar. Eu acho que não é assim. A democracia precisa ser vivida no pleno, quando se tem o respeito de que

onde começam os direitos do deputado Padre Pedro Baldissera terminam os meus direitos, ou vice-versa. Sr. presidente, os cinco minutos restantes do horário serão utilizados pelo deputado Aldo Schneider.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, é com satisfação que podemos voltar a esta tribuna, neste momento, para falar sobre um assunto altamente debatido - e agora com mais tranquilidade e também com mais conhecimento de causa. Vou falar sobre o Fundo de Apoio aos Municípios que aprovamos na última quarta-feira aqui nesta Casa, sendo que agora já estão saindo as diretrizes de atendimento aos municípios e de que forma cada município vai proceder para se habilitar a esses recursos.

O governo do estado está fazendo, através do BRDE, esse aporte financeiro aos municípios e, logicamente, acredito que até meados da semana que vem já teremos elaborada a cartilha por parte do BRDE com os procedimentos que cada município deverá adotar para se habilitar ao recebimento desses recursos.

Deputado Kennedy Nunes, gostaria de me associar as suas colocações, levando um pouquinho a cabo aquilo que está acontecendo no Brasil nesse momento no que tange à saúde pública brasileira.

Talvez um cenário do que a população pode fazer é o que acabamos de assistir nesta noite, ou seja, milhares e milhares de pessoas saindo às ruas sem um objetivo claro e tendo como pano de fundo a redução das passagens nas grandes cidades.

E talvez deva somar-se a essa manifestação pública essa questão da saúde brasileira, até porque já fui prefeito e posso dizer que se vive bastante isso nos municípios. A cidade onde eu moro tem um hospital

público, o Hospital Waldomiro Colautti, que é mantido pelo governo do estado de Santa Catarina. O dr. Carlos, que é o diretor-geral, ligou-me hoje de manhã dizendo da dificuldade que se tem, hoje, para administrar uma unidade de saúde pública, principalmente porque os hospitais públicos catarinenses consomem uma cifra enorme do custo da saúde de Santa Catarina em detrimento aos 190 hospitais filantrópicos.

Então, gostaria de dizer a v.exa., deputado Kennedy Nunes, quem sabe diante de toda a indignação que o povo brasileiro está vivendo nesse momento, e não sabemos direito a causa, a bandeira, o porquê, mas que essa bandeira fosse a saúde, a majoração da tabela do SUS em nível nacional, já que estamos há quase 20 anos com o mesmo custo do curativo de 18 anos atrás. Esse valor defasado é o que os hospitais, tanto públicos como filantrópicos, estão recebendo nesse momento.

Talvez esteja aí a oportunidade desta Casa se somar a todos esses manifestantes em nível de Brasil para também colocar nesse rol de reivindicações a majoração da tabela do SUS. E com a majoração da tabela com certeza não somente a maternidade de Joinville, mas também todos os nossos hospitais catarinenses terão uma condição digna de atender ao povo catarinense.

Por isso, gostaria de dizer que, independentemente de quem é o gestor da saúde de plantão, e até porque os cargos não são das pessoas, eles estão secretário e nós estamos deputados, acredito que a vontade do dr. Dalmo Claro de Oliveira, até pela sua experiência como gestor da saúde, é resolver não somente o problema da maternidade de Joinville, mas de todos os hospitais catarinenses.

Infelizmente, o cobertor é curto e não temos recurso para todos. Mas, com certeza, se tivéssemos uma remuneração adequada e condizente com aquela prestação de serviço que a unidade de saúde presta à sociedade brasileira, estaríamos num momento diferenciado, e principalmente não nesse momento de

falência de todas as casas de saúde e num estado extremamente desagradável. E a origem disso tudo está na remuneração daquilo que essas casas fazem para os seus pacientes.

Por isso, gostaria de solicitar a nossa Casa, à Assembleia Legislativa, que façamos de forma contundente a defesa em favor da saúde brasileira através da aprovação da Emenda 29, através da majoração da tabela do SUS e a partir disso, sim, começaremos a resolver os problemas da saúde em nível de país, não só de Santa Catarina ou de Joinville.

Seria isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito do município de Ouro que está acompanhando a sessão, Vitor Faccin, que, como disse anteriormente na tribuna, nos acompanhou na audiência, hoje, na Casa Civil, para conversarmos sobre os encaminhamentos dos repasses, dos recursos, dos convênios que o governo do estado está fazendo junto aos municípios.

Queremos saudar o prefeito e outras lideranças que se encontram acompanhando esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Também esta Presidência se incorpora às palavras do deputado Neodi Saretta saudando o prefeito do município de Ouro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz a essa tribuna no dia de hoje diz respeito a um evento que ocorreu na última sexta-feira, uma apresentação, não só uma apresentação como a entrega de um

documento a todos os municípios catarinenses, realizada pelo governo do estado através da secretaria do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, conduzida pelo deputado federal Paulinho Bornhausen, que lá esteve presente.

Estavam presentes também o prefeito de Gaspar, atual presidente da Federação Catarinense dos municípios, o prefeito da capital, Cesar Souza Junior e demais prefeitos e lideranças. Também o deputado federal Ronaldo Caiado se fez presente. Desse evento, o que será importante para Santa Catarina, em especial para os municípios? O governo do estado fez um levantamento aerofotogramétrico em todo o estado de Santa Catarina e vai fazer, ou melhor, está fazendo, uma doação desse levantamento a todos os municípios que por cota disso poderão planejar todas as atividades inerentes à gestão pública. Ou seja, o desenvolvimento da cidade, do município. Esse planejamento é que vai dizer onde é possível, onde será melhor o desenvolvimento da atividade industrial, comercial, residencial. Este levantamento aerofotogramétrico será uma grande ferramenta de trabalho não só no que diz respeito à fotografia, mas também um levantamento hídrico de Santa Catarina que compreende várias bacias hidrográficas, incluindo a situação geral dos municípios.

Lembro-me que quando prefeito da cidade de São Bento do Sul, tentei, ou procurei fazer por várias vezes este levantamento, que tem um elevado custo porque é uma foto aérea. Além da foto, tem muito trabalho pela frente, com uma equipe técnica capaz e competente de implementar este instrumento tão valioso. Consegui praticamente faltando dois anos para terminar a segunda gestão do meu mandato, por conta do valor elevado que este trabalho exige. E a grande maioria dos municípios não conseguem, não têm recurso suficiente para realizar este levantamento. Então, quero enaltecer este trabalho do governo do estado em favor dos municípios catarinenses, que agora poderão exercer o seu planejamento, a sua

execução, ter um resultado de acordo com a facilidade que esta ferramenta vai trazer.

Como eu disse, não só planejar, mas também executar, desde as obras públicas, seja na drenagem, no saneamento básico, o que é muito importante, como também a parte de loteamentos, áreas residenciais, e assim por diante. Também a pavimentação e outras atividades que a prefeitura precisa fazer. E quando não tem essa ferramenta, tem muita dificuldade de executar um planejamento adequado, como o seu Plano Diretor, que deve ser pautado neste levantamento aerofotogramétrico.

Portanto, fica aqui o registro deste trabalho feito pelo estado e repassado aos municípios catarinenses.

Por outro lado, ouvi as manifestações aqui nesta tribuna do nosso colega deputado Aldo Schneider, com o tema, entre tantos temas relevantes no Brasil, a saúde. Nos municípios que nós visitamos, sem exceção, estão clamando por mais recursos para a saúde, seja do estado, seja da união.

Ainda no dia de hoje, uma hora atrás, recebemos um apelo, mais uma vez, de um município do vale do Itajaí, para que possa ser beneficiado com recursos. Porque mais uma vez vai sobrar para o município e para o estado.

Já me pronunciei a respeito desse assunto, mas vou repetir aquilo que vivenciamos em 1993/1996, quando tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul. Em 1996, deputado Kennedy Nunes, foi o último reajuste que o governo federal concedeu aos serviços prestados ao SUS, ou seja, o serviço de consultas médicas, atendimentos ambulatoriais, exames, principalmente os de laboratório, os de média e baixa complexidade, as cirurgias, os internamentos, ou seja, as chamadas AIHs.

Desde 96, infelizmente, não houve reajuste. Entretanto, alguns defendem a tese de que isso não é a solução. Se não é a solução, vai amenizar muito,

na medida em que haja uma recomposição, pelo menos da inflação.

Isso é o mínimo que se poderia pedir, que essa tabela fosse reajustada, fosse recomposta, pelo menos no que a inflação já corroeu nesses longos anos. Até o momento não temos uma posição, ou uma manifestação do governo neste sentido, de fazer um reajuste para amenizar a situação da saúde no Brasil, especialmente dos nossos hospitais.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo orador do partido que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0124/2012 de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0044/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que altera a Lei n. 7.230, de 1988, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural de Apoio à Mulher (Socam), com sede na cidade de Araranguá.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0389/2012, de autoria do deputado Dado Chereim, que altera a Lei n. 15.916, de 2012, que declara de utilidade pública a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Estrela de Isabel de Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0130/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que modifica o inciso II do art. 4º da Lei n. 14.367, de 2008, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero agradecer a todos os deputados que deram parecer favorável a esse projeto.

Gostaria de fazer um registro especial de quem veio solicitar a mudança da constituição do conselho, que é o secretário de Turismo de São Francisco do Sul, Augusto Kolling.

Ele veio trazer a informação, a qual desconhecia, sobre a Lei n. 14.367 que estamos modificando agora, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual da Cultura e o Conselho Estadual

do Esporte e estabelece outras providências, no seu art. 4º, que fala de como será formado o conselho. São 20 membros efetivos, dez deles são representantes das diversas regiões do estado, escolhidos pelo chefe do Poder Executivo, dentre personalidades da área de Turismo Catarinense atuantes e reconhecidos; os outros dez, membros da sociedade civil organizada dos setores turísticos. Então tem lá um representante dos agentes de viagens, de hotelarias, de empresas organizadoras de eventos, dos restaurantes, da área de comércio, dos bacharéis de turismo, dos *Convention Bureau*, dos jornalistas de turismo, dos guias de turismo e dos profissionais das Instituições de Ensino Superior em Turismo e Hotelaria. O inciso III fala da especificidade de cada um; o dois que diz que o Poder Executivo irá nomear não coloca nenhuma exigência.

E nós temos em Santa Catarina dez regiões turísticas: região da Grande Florianópolis, Costa Verde Mar, Encantos do Sul, Serra Catarinense, Caminhos dos Canyons, Vale Europeu, Caminho dos Príncipes, Vale do Contestado, o Grande Oeste e os Caminhos da Fronteira.

E este projeto que estamos votando agora diz que esses dez representantes que o chefe do Executivo nomeia, terão que seguir esta representatividade, ou seja, um representante de cada "r" dessas regiões turísticas.

O que acontece hoje? Hoje se faz através de pressão. Então, por exemplo, desses dez hoje nomeados, deputado Silvio Dreveck, há três de Florianópolis; dois de Blumenau e não tem nem um da nossa região.

Então, ficam algumas regiões sem direito a voto no conselho, e por isso este projeto, como disse o Beto, é o óbvio para garantir um representante de cada região. Isso não acontecia.

Por isso, peço vênias aos srs. deputados que aprovemos este projeto para dar paridade e um pouco

mais de representatividade às regiões turísticas do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feita a defesa do deputado Kennedy Nunes. Acredito ter convencido todos os srs. parlamentares.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0355/2013, 0356/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0357/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0358/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0359/2013, 0361/2013, 0362/2013, 0363/2013, 0364/2013 e 0365/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0360/2013, de autoria do deputado Jailson Lima.

Comunica também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0639/2013, 0640/2013, 0641/2013, 0642/2013, 0643/2013, 0644/2013, 0645/2013, 0646/2013, 0647/3013, 0648/2013, 0649/2013, 0650/2013, 0651/2013, 0652/2013, 0653/2013 e 0654/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0655/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0656/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0657/2013 e 0658/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e 0659/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0660/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita ao presidente da Anatel e aos diretores regionais das operadoras Oi, Tim, Vivo e Claro melhoria na cobertura da

telefonia celular, bem como a instalação de novas antenas no município de Água Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0661/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita ao presidente da Anatel e aos diretores regionais das operadoras Oi, Tim, Vivo e Claro melhoria na cobertura da telefonia celular e instalação de novas antenas no município de Passos de Torres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0046/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à presidente da República, manifestando apoio à indicação de Paulo de Tarso Vannuchi a uma das vagas da comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0047/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 5603/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0049/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro das Cidades, à ministra chefe da Casa Civil, ao presidente do Contran e ao diretor do Denatran, apelando por medidas para suspender as Resoluções n.s 429 e 434 do Contran, que estabelecem critérios para o registro de tratores destinados a trabalhos agrícolas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0050/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, solicitando o cancelamento imediato da concessão, por descumprimento de contrato pela empresa América Latina Logística, responsável pela antiga Ferrovia São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0058/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, solicitando ao secretário da

Educação informações sobre o motivo do não atendimento ao art. 67 da Lei Federal n. 9394/96.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0059/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, solicitando ao secretário da Saúde informações sobre o motivo do SC Saúde não atender os professores de rede estadual no Hospital Regional de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da Ordem do Dia.

Conforme acordo dos srs. líderes, suspenderemos a sessão por 10 minutos para ouvirmos o presidente Mércio Felsky, do Centro de Integração de Empresa e Escola.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, demais colegas, todos que nos acompanham neste momento, em especial os prefeitos de vários municípios que estão aqui. Os prefeitos do Partido dos Trabalhadores que ontem estiveram no Fórum, um belo encontro, discutindo vários temas que dizem respeito à política do estado, a relação da bancada

com os prefeitos, enfim, foi um grande evento articulado pelo Fórum, coordenado pelo prefeito de Pinhalzinho, Fabiano da Luz, nosso jovem prefeito do oeste catarinense que coordena o Fórum dos Prefeitos. E o Jean, que é o nosso vice-prefeito de Rio do Sul, coordena os vice-prefeitos do Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer da satisfação em recebê-los nesta Casa. Esse Fórum definiu uma reunião com o governo do estado, com o secretário Serpa, onde estivemos representando a bancada nessa reunião dos prefeitos sobre os recursos de R\$ 500 milhões para os municípios de Santa Catarina.

Aqui acompanhei várias falas e pronunciamentos sobre esse momento que o Brasil passa, a sociedade brasileira mobilizada vai para as ruas debater diversos temas. E quero falar sobre esse momento, mas antes disso quero recuperar um pouco a história de nosso país, principalmente a juventude brasileira que está indo para as ruas um pouco mais recente do que nós, que somos vários, alguns de cabelinhos brancos, e pegamos momentos turbulentos no país, o momento do fim da ditadura militar, deputada Angela Albino.

Eu peguei uma parte do final anos 70 e início dos anos 80, quando começamos a atuar nos grandes movimentos sociais em nosso país, mas acompanhamos bastante os reflexos desse período ditatorial que o Brasil viveu e grande parte dessa juventude não viveu mais. Hoje vivemos um momento extraordinário, quando engatinhamos na perspectiva de construir um país democrático. Em outros momentos não seria possível a sociedade ir às ruas mobilizar-se, manifestar-se e protestar como está acontecendo no momento.

Outra situação que nós, brasileiros, vivemos recentemente, foram as grandes crises dos anos 90, principalmente de recessão e desemprego. Passamos por vários momentos como o desemprego de mais de 20% da população brasileira, quando também vivemos grandes movimentos sociais e, principalmente a

partir de 86, 87 e 88, que foi o grito da construção da Constituição democrática.

Vivemos um momento atual importante para nosso país. Tiramos 40 milhões de brasileiros da miséria. Investimos pesadíssimo. Estamos fazendo uma revolução na educação brasileira. Estamos investindo em infraestrutura para discutir investimentos em ferrovias, rodovias, portos, aeroportos numa nova perspectiva de desenvolvimento do nosso país. O povo brasileiro vive um momento diferenciado de acesso a um conjunto de bens que antes uma grande parte da sociedade brasileira não tinha, pois estávamos construindo um Brasil para 20% dos brasileiros.

Então, esse novo momento que o Brasil vive remete a uma nova perspectiva. E a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento, ontem, sobre isso, reconhecendo esse momento que a juventude brasileira vive hoje, diferente do momento que ela viveu na sua juventude em plena ditadura militar; assim, essa nova democracia brasileira permite esses momentos.

Dizia há pouco o deputado Moacir Sopesa que colocamos a barba de molho. De fato, essa expressão do referido deputado nos lembra que estamos num espaço transitório, nós somos transitórios, mas é um espaço importante do Legislativo brasileiro, e no caso de Santa Catarina, também passa por um profundo questionamento.

Agora, também precisamos dialogar com a sociedade brasileira, e este é um dos diálogos no qual todas as instituições estão sendo questionadas. Seja a imprensa, seja o Judiciário, seja o Legislativo, seja o Executivo, a exemplo da Câmara federal no dia de ontem.

Está sendo questionada esta lógica da estrutura brasileira da população mais pobre não ter acesso à Justiça, a demora de milhares e milhares de processos parados no Judiciário brasileiro as pessoas esperando e as leis que não avançam. As grandes mudanças que país precisa não avançam. E aqui quero citar algumas delas.

Um dos grandes limites que temos é a reforma política, que é um dos grandes motivos do financiamento privado de campanha, da corrupção no processo de obras públicas e em outros setores de nosso país.

A reforma tributária, a reforma agrária e tantas outras mudanças que o povo espera e que, infelizmente, não andam.

As Instituições estão paradas ou muito devagar, porque a burocracia impede as políticas públicas de chegarem até a população.

Este é momento que o nosso país vive, de questionamento acerca das obras públicas, da corrupção, ou seja, um conjunto de práticas que ainda estão presentes no país, muitas ainda resultado de um período de ditadura que este país viveu no qual as políticas públicas eram dirigidas a 20, 30% da população. O restante da sociedade ficava à margem do acesso à educação, à saúde, ao crédito do setor das microempresas e da agricultura familiar e assim por diante.

Quero reconhecer essa mobilização, até porque temos o mesmo pensamento, deputado Sargento Amauri Soares, de que a sociedade brasileira precisa se organizar, precisa atuar, a sociedade brasileira, através da democracia, tem que exigir participação, tem que ir para a rua, sim, se sente que as coisas não estão andando.

Então, é nesta perspectiva que reconhecemos esta luta, reconhecemos esse momento importante que o nosso país vive.

Com certeza nós, políticos, precisamos fazer de tudo para que este mundo que se vive nas instituições, especialmente públicas, não seja um mundo irreal, um mundo diferente que o povo vive lá fora. Lá fora a sociedade vive num outro mundo de falta de acesso, falta de comunicação, falta de condições de dignidade e de respeito.

É isso que sempre questionamos nesta tribuna como, por exemplo, a questão das aposentadorias irreais, os penduricalhos em salários e assim por diante, e

nas mais diversas áreas do serviço público pelo nosso país afora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares e todos que nos acompanham pela Rádio Alesc e em suas residências.

Sr. presidente, é importante relembrar a todos os parlamentares e a todos que nos acompanham, que esta Casa recentemente criou uma Frente Parlamentar de Apoio ao setor têxtil e ao setor calçadista em Santa Catarina.

Como representante da Frente Parlamentar, tive oportunidade de receber uma cópia deste relatório setorial que mostra detalhadamente todas as características e demonstra, através de informações, de números, de dados concretos a importância dos setores têxtil e calçadista do nosso estado.

Hoje, nesta reunião presidida pelo sr. Sérgio Luis Pires, que é o presidente da câmara setorial têxtil e calçadista da Fiesc, responsável por organizar e trabalhar o setor no nosso estado, quando foi apresentado este relatório, demos alguns dados que gostaria de mostrar aos srs. e sras. parlamentares.

Muitos dizem que o setor passa por grandes dificuldades, que está em baixa, que não é mais o mesmo que era no passado. Mas ainda hoje o setor têxtil catarinense é o segundo maior pólo têxtil do Brasil, perdendo apenas para São Paulo. Se fizermos uma análise daquilo que é produzido pelas empresas catarinenses nos outros estados, temos também um dos maiores pólos, chegando praticamente a mesma produção de São Paulo.

Além disso, temos o maior *cluster*. O que é isso? É a maior junção, a maior cadeia produtiva de empresas do setor num único estado. Em Santa Catarina, pela força desse setor, pela pujança, pela quantidade de pessoas envolvidas temos todas as empresas que fazem

parte da cadeia produtiva do setor têxtil, ou seja, a empresa que beneficia o algodão, que faz o tingimento, que faz o produto de cama, mesa e banho, que faz produtos para vestuário, que faz o botão, enfim, todas as empresas que produzem partes importantes para confeccionar uma roupa ou para o setor têxtil e calçadista. Santa Catarina tem o maior *cluster*, o maior setor organizado do país em termos de empresas de produção.

Além disso, srs. parlamentares, este *cluster* é formado por quase 4,7 mil empresas. É o segundo maior número de empresas do país, representando 14% das empresas do setor têxtil do Brasil. Estas empresas geram 298 mil empregos, o que totaliza quase 18% de todos os empregos do país, na área têxtil, aqui em Santa Catarina.

Se formos falar dessas quase 300 mil pessoas, mais essas quase 5 mil empresas que geraram produtos no valor de aproximadamente R\$ 26 bilhões na área têxtil, podemos dizer que é uma economia que continua forte, mas que merece, sim, a atenção do governo do estado e de todos nós, deputados.

Por isso, ocupo a tribuna hoje para demonstrar que este setor não está adormecido, não está esquecido, que é um setor muito forte e importante para todo estado.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento em defesa do setor têxtil de Santa Catarina.

V.Exa citou o número de empregos, mais de 300 mil e, com certeza, muito mais do que a metade disso é mão de obra feminina, que deu esse grande impulso para a renda familiar em nosso estado, da mesma forma que essa quantidade de empresas num *cluster*.

Quero também dizer que as crises que esse segmento já passou e as vezes ainda vive, é muito em função de não termos uma proteção à importação dos produtos acabados que vêm da China e de tantos outros países,

que mexeram muito com esse setor, principalmente em Santa Catarina, por não termos uma defesa, uma proteção à indústria nacional.

Então, parabéns à Frente Parlamentar, que está sendo liderada por v.exa. Sem dúvida, se Santa Catarina tem tantos orgulhos no setor industrial, tantas marcas importantes, essa marca do setor têxtil trouxe grandes divisas mundiais, internacionais para o nosso estado e, por isso, temos que preservá-la!

Parabéns e conte conosco neste posicionamento na Assembleia Legislativa!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

O setor têxtil produz tanto e é tão forte que hoje recebi um número que me deixou impressionado. Eu perguntei para o Sérgio, se fosse para fazer avaliação, quantas peças de roupa, cama, mesa e banho, são produzidas em Santa Catarina no setor têxtil por ano? Ele respondeu que no ano de 2012 foram produzidas 1,6 bilhão de peças de confecção em Santa Catarina. Ou seja, é muita produção, é muita gente envolvida no setor!

É por isso que temos que fortalecer esse setor e buscar uma política de incentivo não apenas na questão de reduzir a carga tributária. Eu acho que é importante, sim, reduzir a carga tributária para que mais pessoas paguem menos, mais empresas paguem menos e com isso se consiga melhorar o salário do trabalhador, consiga-se, com uma economia estabilizada, aumentar o poder de compra do trabalhador e movimentar os outros setores da economia também.

Mas, além disso, temos que nos preocupar com a questão estratégica do setor, com a qualificação da mão de obra, com o tipo de produto que esse setor vai produzir e de que forma vamos valorizar o trabalhador e garantir que o produto catarinense seja valorizado. Porque muitas pessoas reclamam da questão da concorrência desleal de muitas empresas dentro e fora do estado, da concorrência desleal de

empresas dentro do país com a informalidade, e também reclamam dos produtos que são importados da China, onde existe uma relação de trabalho muito menos democrática em que o trabalhador é muito menos valorizado que no Brasil.

Por exemplo, deputado Gilmar Knaesel, a empresa Dudalina aumentou muito o seu faturamento não querendo competir com a China, mas produzindo um produto de valor agregado diferenciado - a criatividade do nosso empresário.

É por isso que aquilo que o deputado Gilmar Knaesel falou de proteger com relação à China é muito importante, sim, e temos que fazê-lo, deputado. Mas, além disso, temos também que trabalhar a questão do valor agregado e fazer com que todos os membros desse segmento estejam protegidos.

Por isso, quero agradecer a sua contribuição.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Quero dar mais um exemplo. Soube agora recentemente que a companhia Hering, que passou por uma crise há muitos anos, este ano foi considerada a empresa que mais cresceu em valor agregado também ou que teve o maior número de rentabilidade também nesse segmento no Brasil.

Então, isso mostra o que v.exa. colocou muito bem, ou seja, que as indústrias também não ficaram paradas e começaram, através da criatividade - e Blumenau foi o grande centro disso -, a agregar novas ideias e com isso agregando valores ao produto final.

Por isso, houve também a saída da crise por esse viés. Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Exatamente! Ou seja, os empresários fazem a sua parte e o setor produtivo faz a sua parte.

O que temos que garantir, através da Frente Parlamentar, é que haja um diálogo efetivo e eficiente entre o setor governamental e o setor privado, que as empresas conversem com o governo e

ele permita que elas possam produzir e valorizar o seu trabalhador para que o próprio trabalhador também seja beneficiado na cadeia produtiva. Ou seja, todos ganhando nesse processo, srs. parlamentares.

Este é o objetivo da Frente Parlamentar: permitir que o governo abra os seus olhos e veja o poder da economia no setor têxtil para que sejam valorizados a indústria, o comércio e os trabalhadores. E, conseqüentemente, quem acaba ganhando com isso é o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Formosa do Sul, Jorge Antônio Comunello, e do presidente da Câmara, que nos prestigiam com a sua visita hoje no Parlamento. Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quero convidar os nossos parlamentares, hoje, às 19h, de uma sessão especial em comemoração aos 105 anos da colonização japonesa no Brasil.

Faço este convite a todos os srs. deputados e sras. deputadas que tiverem condições de prestigiar o evento dos nossos irmãos japoneses que estão há tantos anos vivendo aqui em Santa Catarina trazendo o progresso juntamente com os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta

Presidência, antes de encerrar a presente sessão,  
convoca outra, especial, para hoje às 19h.

Está encerrada a presente sessão.